
BIODIVERSIDADE DA AMAZÔNIA: UM NOVO ELDORADO?¹

Alfredo Kingo Oyama Homma²

1.Introdução

Este artigo apresenta as principais sinergias de mercado para os produtos extrativos, agrícolas e madeireiros na Amazônia para os anos futuros. As variáveis econômicas e ambientais externas, os interesses comerciais dos países desenvolvidos, o processo de urbanização, com a manutenção do poder político rural e a maior integração do setor primário, deverão orientar os rumos da Amazônia no futuro.

Será que a exploração de plantas medicinais, aromáticas, inseticidas e corantes naturais vai ser a grande riqueza da Amazônia no futuro? Um exemplo desse prognóstico afirma que em 2050 a Amazônia seria capaz de produzir 1,28 trilhão de dólares, equivalente a dois PIBs atuais do país. O valor da produção em dólares seria distribuída da seguinte forma: petróleo, 650 bilhões; medicamentos e cosméticos, 500 bilhões; agricultura e extrativismo, 50 bilhões; minérios, 50 bilhões; carbono, 19 bilhões; turismo, 13 bilhões; e madeira, 3 bilhões (Coutinho, 2001).

É interessante verificar a facilidade com que a Amazônia, ao longo da sua História, tem sido envolvida em mitos e fantasias acerca de suas potencialidades e mistérios. O desconhecimento científico sobre a região tem contribuindo sobremaneira para o surgimento

desses mitos. Mesmo na atualidade, a despeito das facilidades dos meios de comunicação, como a disseminação do transporte aéreo, telefones, celulares, internet, entre outros, o surgimento de mitos, muitas vezes vem revestido de roupagem científica.

Pode-se afirmar que o primeiro grande mito surgiu com a obsessão da busca da Fonte da Juventude, por Juan Ponce de León (1474-1521), que veio na segunda viagem de Cristóvão Colombo, em 1493. Juan Ponce de Leon, até a sua morte, em Cuba, em 1521, descobriu Porto Rico, em 1506, e a Flórida, em 13/03/1513, procurou tenazmente encontrar a Fonte da Juventude.

Outro mito que os exploradores espanhóis se dedicaram foi a busca do El Dorado, nos séculos 16 e 17, acreditando sobre a existência de fabulosas cidades de ouro e prata transmitidas pelas lendas indígenas dos Andes.

Sem dúvida que esses mitos foram importantes para a ampliação do conhecimento sobre a geografia, da flora e da fauna e, também, para realimentar ainda mais os mistérios sobre a Amazônia. A primeira descida do Rio Amazonas, que recebeu o seu batismo, pela expedição de Francisco Orellana, em 1541/1542, foi na crença da busca de riquezas impulsionadas pelo mito do El Dorado.

A epopéia do ciclo da borracha deu surgimento, também, a várias concepções da Amazônia como: “Inferno Verde”, publicado em 1904, do escritor pernambucano Alberto Rangel; “Amazônia Misteriosa”,

¹ Esta pesquisa faz parte do Projeto de Apoio ao Desenvolvimento de Tecnologia Agropecuária para o Brasil (Prodetab).

² Pesquisador da Embrapa Amazônia Oriental e Professor Visitante da FCAP, Caixa Postal, 48, CEP 66017-970, Belém, Pará, e-mail: homma@cpatu.embrapa.br

editado em 1925, do carioca Gastão Cruels; e “A Selva”, do escritor português Ferreira de Castro, publicado em 1930.

Com a eclosão da questão ambiental na Amazônia, a partir do final da década de 80, criou-se o mito da biodiversidade, baseado na exportação de plantas medicinais, aromáticas, inseticidas e corantes naturais como sendo a grande riqueza do futuro. Associa-se a este mito a idéia de exportar água da Amazônia e da venda de créditos de CO² seqüestrados das florestas, mediante o provável bloqueio dessas áreas.

O salutar recado que está sendo transmitido através destas informações é de conseguir o desmatamento zero na Amazônia, pelos evidentes prejuízos à biodiversidade e do efeito estufa. O corolário dessa hipótese conduz a dois equívocos, um relacionado com a possibilidade da destruição total da Amazônia até 2030 e, outro, de transformar a biodiversidade como sendo o pote de ouro no fim do arco-íris, como a redenção de todos os problemas econômicos.

Quanto ao primeiro equívoco, uma versão pessimista afirma que em 2030, cerca de 95% da Amazônia estará desmatada. Em 1980, quando o Instituto Nacional de Pesquisa Espacial – Inpe divulgou a primeira estimativa da área desmatada na Amazônia Legal, com base nas imagens do satélite Landsat – MSS, referente a 1975, era pouco mais de 15 milhões de hectares, atingiu mais de 41 milhões de hectares em 1990 e mais de 60 milhões de hectares em 2001, o equivalente à superfície dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Mesmo com esse ritmo, o máximo que poderia alcançar seria dobrar a atual área desmatada, atingindo cerca de 30% da Amazônia Legal. O processo de urbanização da sociedade brasileira, em que apenas 18,78% da população é rural, prevalecendo tendência similar para a Região Norte, com 30,30%, segundo dados do Censo Demográfico 2000, não haverá mão-de-obra suficiente para promover tamanha envergadura de desmatamento.

A segunda dúvida envolve a própria definição da biodiversidade. A mídia está transmitindo a errônea concepção de que a biodiversidade da Amazônia como sendo algo mágico, por descobrir, que vai curar todos os males (câncer, Aids, produtos geriátricos, impotência, sobretudo doenças nobres de países desenvolvidos, etc.) e que a população regional vai ganhar fabulosas riquezas.

O que é biodiversidade da Amazônia? A biodiversidade é toda planta ou animal que já foi riqueza no passado e de plantas e animais explorados no momento, com problemas de preços, mercados, pragas e doenças, etc. e, de outros que poderão ser descobertos. Biodiversidade é o cacaueteiro, a seringueira, o tomateiro, a batata-inglesa, a cinchona, o guaraná, a castanha-do-pará, o pau-rosa, o cupuaçu, a pupunha, o açaí, a madeira, etc. Biodiversidade inclui, também, plantas e animais exóticos como a juta, a pimenta-do-reino, o jambaó, o mamão hawái, o mangostão, o rambutã, a durian, o nim, etc. e animais como búfalos, bovinos, etc.

É fácil perceber que todos estes produtos da biodiversidade constitui uma atividade econômica como outra qualquer no mundo. A transformação dos produtos da biodiversidade em riqueza vai depender de tecnologia, de investimentos no setor produtivo, do controle da cadeia produtiva, de mercado, entre outros. No caso da Amazônia, a exploração destes produtos da biodiversidade sempre pecaram pela formação de ciclos econômicos, o seu declínio e transferências de problemas e mazelas para o ciclo seguinte, com efeito retardado de C&T e baseado no uso predatório dos recursos naturais, com entrada e saída de recursos genéticos. A sociedade precisa amadurecer quanto à concepção da questão da biodiversidade e dos comércios nacional e internacional.

Na Amazônia, as exportações baseadas na extração de recursos naturais tem sido o fulcro do seu comércio exterior desde os primórdios de sua ocupação. Assim foi com as exportações de cacau, borracha, pau-rosa, castanha-do-pará, madeira, palmito, polpa de açaí, óleo de babaçu, camarões, pescado, peixes ornamentais, entre os principais, alguns com dependência externa quase integral. Estes produtos seguem a fase de expansão, estagnação e depois o declínio, decorrente do esgotamento, perda do poder de monopólio e aparecimento de substitutos. Assim foi com o ciclo do cacau, que teve o pico máximo de participação na economia colonial, com 96,6% do valor das exportações (1736), a da seringueira como terceiro produto da pauta das exportações nacionais por 30 anos (1887-1917) e teve o pico máximo de participação em 1910, com 39,1% e, novamente, em 1945, por ocasião da Segunda Guerra Mundial, com 69,91% das exportações da Região Norte. O pau-rosa teve a sua participação máxima nas exportações da Região Norte, em 1955, com 16,11% e, a castanha-do-pará, em 1956, com 70,57%. No contexto histórico mudou-se das exportações de produtos extrativos vegetais para o extrativismo mine-

ral, que atualmente representam $\frac{3}{4}$ do valor das exportações do Estado do Pará.

As Organizações Não-Governamentais têm defendido a idéia de que os produtos ecologicamente e socialmente corretos deverão constituir a pauta principal de exportação da Amazônia no futuro, que seriam negociados em bolsas de valores internacionais. Classificam estes produtos em “commodities ambientais” como a água, energia, madeira, minério, biodiversidade, reciclagem e controle de emissão de poluentes e as “eco-commodities”, que são produtos fabricados com conceitos ecologicamente corretos (Koehler, 2001).

Perpassa, também, para as opiniões públicas nacional e mundial a concepção de que haverá um grande mercado de *commodities* ambientais e de *eco-commodities*, na Amazônia. Essa visão, fortemente apoiada pelas ONGs, nacionais e externas, organismos internacionais e governos de países desenvolvidos acreditam que o futuro da Amazônia estaria relacionado com a venda de serviços ambientais (crédito de CO₂), produtos da biodiversidades (fármacos, cosméticos, inseticidas naturais, frutas nativas, etc.), venda de água, madeira certificada, entre outros. Seria a alternativa econômica para conter as principais ameaças ambientais que pesam sobre a Amazônia.

Em termos macroeconômicos, verifica-se que a Região Norte constitui a porta de entrada de peças e matérias-primas importadas através dos benefícios fiscais da Zona Franca de Manaus, para montagem, com vigência garantida até 2013. Sem dúvida que a implantação da Zona Franca de Manaus gerou empregos e renda e drenou a população rural e com isso reduziu os desmatamentos e queimadas no Estado do Amazonas e, similarmente, no Estado do Amapá. Os interesses econômicos dos países exportadores tornaram a Zona Franca de Manaus, como um dos melhores entrepostos do mundo, atingindo o vasto mercado interno brasileiro.

No lado das importações, novamente a Região Norte revela a sua importância como fonte de minérios, sobretudo minérios eletro-intensivos, madeira, pimenta-do-reino, camarões, castanha-do-pará, palmito, óleo de dendê, soja, peixes ornamentais, peixes congelados, óleo essencial de pau-rosa, entre os principais. A crise energética em 2001 trouxe à tona as discussões sobre exportações de minerais eletro-intensivos com energia subsidiada e dependentes do uso de carvão vegetal, quanto aos baixos preços imputados a essas matérias-primas.

2.A Inserção da Amazônia no Mercado Mundial

A balança comercial da Região Norte vem apresentando déficits desde 1994, atingindo a cifra de mais de 2,26 bilhões de dólares em 1996. O aumento da renda real das populações mais desfavorecidas, com a implantação do Plano Real, em 1994, promoveu um crescimento na demanda de bens duráveis, fazendo disparar os produtos montados na Zona Franca de Manaus. Dessa forma, as exportações, principalmente de minérios e madeira no Estado do Pará, apesar do crescimento constante nos últimos anos, não foram suficiente para compensar o déficit. Este desequilíbrio da balança comercial da Região Norte acompanha a tendência nacional verificado a partir de 1995. Deve-se ressaltar a característica da balança comercial deficitária da Amazônia desde a década de sessenta, com alguns períodos positivos no final da década de oitenta e início de noventa.

As importações da Região Norte dos Estados Unidos (17,90%), Japão (17,41%), Coréia do Sul (11,77%) e Venezuela (6,38%) representaram, em 2000, mais da metade do total. Estas importações estão relacionadas à combustível e componentes mecânicos e eletrônicos para a indústria de montagem da Zona Franca de Manaus, sem acompanhar o ciclo de vida e de nacionalização dos produtos. No caso de produtos agrícolas, destacam-se as importações de trigo, óleos essenciais e leite, com valores que alcançam 55 milhões de dólares. Somente as importações de leite, em 2000, através da Zona Franca de Manaus, foram superiores a US\$ 12 milhões, que não é compensado pela expansão da pecuária leiteira e da indústria de laticínios nos Estados de Rondônia e Pará, destinados a exportação para o Sul e Sudeste do país.

Quanto às exportações da Região Norte, o Japão (16,78%), Estados Unidos (14,22%), Argentina (10,09%), Holanda (6,88%) e Bélgica (6,74%), representaram mais da metade das aquisições em 2000. Considerando-se o ano base 2000, refletindo a tendência verificada nos últimos anos, as importações concentraram-se para minério de ferro (20,52%), minerais eletro-intensivos (alumínio, alumina, bauxita) (23,64%) e caulim (4,51%) e, recursos naturais como a madeira e derivados (11,27%), castanha-do-pará (0,83%), palmito (0,27%), óleo de pau-rosa (0,03%), camarões (0,63%), peixes ornamentais (0,08%), peixes congelados (0,05%), produtos agrícolas como pimenta-do-reino (1,81%), óleo de dendê (0,22%), soja (0,11%), café

(0,03%) e couros (0,03%). Dessa forma, a imagem associada à Amazônia, de que a biodiversidade como sendo o maior filão para as exportações, com exceção da madeira, representa algo insignificante. As exportações de soja que estão sendo utilizadas como justificativas para as construções de hidrovias, ferrovias, asfaltamento e abertura de novas estradas são insignificantes no valor das exportações da Região Norte. Quanto aos recursos naturais, estes ao longo da história passaram por diversos ciclos econômicos, sendo substituídos quando são esgotados ou decorrentes de aparecimentos de novas áreas produtoras.

O aspecto perverso da balança comercial é o desequilíbrio verificado pelos países que são grandes exportadores como o Japão, Estados Unidos, Malásia, China, Venezuela, Coreia do Sul, Hong Kong, entre os principais, versus valor das importações realizadas. A posição individualista dos governos estaduais tende a prejudicar uma negociação coletiva de interesse regional para a melhoria das relações de troca e de uma política de exportação, mas visível pelo lado dos países importadores, através de suas ativas representações diplomáticas na Amazônia e dos programas de cooperação técnica.

Tomando como base o ano de 2000, o comportamento de cada unidade federativa da Amazônia com o mercado mundial é bastante heterogêneo. No caso do Estado do Acre, apesar da ênfase ambientalista, destaca-se como exportador de madeira (49,59%) e cujas importações chegam a ser quase quatro vezes o valor das exportações. O Amapá, outro Estado com a ênfase ambientalista, as exportações de madeira (58,86%) e de cromo (25,68%), nióbio, tântalo, manganês, superam mais de 90% do valor das exportações. O valor das importações de petróleo representou 70% do total e, apesar disso, apresentou uma balança comercial positiva. As exportações de madeira e derivados predominam também em Rondônia (92,74%) e Roraima (88,21%).

No Estado do Amazonas, as importações superam em mais de cinco vezes as exportações, responsável pelo déficit na balança comercial da Região Norte e do país. As exportações de extrato para Coca-Cola representaram 37,18% do valor total e, o restante, pulverizado, em aparelhos eletrônicos e equipamentos e, no caso de recursos naturais (castanha-do-pará, peixes ornamentais e óleo essencial de pau-rosa) representaram apenas 1,19%. As importações pulverizam por conjunto de componentes eletrônicos e peças.

As exportações de minérios de ferro e de minerais eletro-intensivos representam para os Estados do Pará e Maranhão, respectivamente, 71,94% e 85,29% do valor total e as importações estão relacionadas com o petróleo e trigo, entre os principais. Ambos os Estados apresentam balança comercial positiva. O Estado de Mato Grosso apresenta um volume de exportações que é superior a 11 vezes as importações, com a dominância da soja e no Estado de Tocantins, as exportações de soja e de ouro representam quase 90% do valor total. A exportação de soja pelos portos fluviais dos Estados do Amazonas e Pará vai apenas criar um falso equilíbrio na balança comercial.

3. Algumas Sinergias de Mercado

Neste cenário, quais seriam as possíveis mudanças com relação ao mercado que poderiam ocorrer nos próximos anos para a Amazônia? Algumas suposições precisam ser colocadas para estabelecer possíveis campos para reflexão:

a) A importância da Amazônia como fonte de matéria-prima mineral, da abundância de recursos energéticos e hídricos para atender aos interesses industriais dos países desenvolvidos, como já vem ocorrendo.

A dependência quase absoluta dos principais blocos econômicos (Estados Unidos, Japão e União Europeia) em minerais como nióbio, manganês, alumínio, cobalto, cromo, tântalo, estanho, zinco, antimônio, cobre, platina, níquel, tungstênio, vanádio, chumbo, molibdênio, entre outros, contrastam com a existência de grandes estoques no Brasil e, em especial, na Amazônia. O Brasil detém 88,3% das reservas de nióbio do planeta, segunda reserva mundial de caulim, com 14,1%, terceira de bauxita, fluorita e talco, quinta de ferro e magnesita, sexta de estanho, sétima de níquel, sem falar nos demais, dos quais grande parte está localizada na Amazônia.

A participação da produção mineral do Estado do Pará em relação ao país é de 27,5% (alumínio), 85,6% (bauxita), 54,7% (caulim), 29,5% (ferro), 96,5% (manganês), 23,3% (ouro) e 6% (silício) (Silva, 2002). A exploração das reservas de manganês no Estado do Amapá, a partir de 1957 até seu esgotamento em 1997, marcou o início do ciclo mineral na Amazônia. Pesados investimentos, associados a capitais internacionais, procedem a viabilização da extração e o transporte de matéria-prima para os centros industrializados.

O Projeto Carajás, a partir da década de 80, aco- plado a um conjunto de investimentos em infra-estrutura constitui a recente experiência de desenvolvimen- to baseado no extrativismo mineral. A magnitude dos estoques de recursos minerais, pela possibilidade de obtenção da matéria-prima a baixo custo, dos proble- mas ambientais decorrentes do processo de beneficia- mento nas economias centrais, induzem à instalação dessas atividades na Amazônia.

É o que acontece, por exemplo, com o beneficia- mento da bauxita, para a produção de alumínio, onde 79% do custo final de produção é o custo da energia elétrica, daí a razão principal para a construção da Hidrelétrica de Tucuruí. Esta mesma assertiva vale para a produção de ferro gusa dependente de carvão vegetal obtido de forma insustentável. Mesmo àquelas ativida- des mais dinâmicas e com forte modernização tecnoló- gica, a preocupação com os custos ambientais e o esgo- tamento (por exemplo, a exaustão das reservas de man- ganês da ex-Icomi, dos recursos madeireiros, etc.) nun- ca foram considerados, mas apenas a conjuntura do mercado em curto prazo.

Outro aspecto dessa modernização periférica re- lacionado com a extração de recursos naturais e nas exportações de matérias-primas mostra a baixa intera- ção com outros setores da economia regional ao resto do Brasil e à própria economia global, com baixos in- vestimentos no sentido da sua verticalização. O mais grave é que os benefícios econômicos e sociais têm sido bastante baixos, como se pode verificar pelos indica- dores econômicos de renda per capita (superior apenas à do Nordeste) e, mais recentemente, do Índice de De- senvolvimento Humano. Outro destaque refere-se ao sentimento nacionalista quanto a exportação de maté- rias-primas minerais, esquecendo-se que o país é tam- bém um grande importador desses recursos (petróleo, carvão, cobre, fertilizantes, gás natural, etc.), com li- geira vantagem para as exportações.

Com o processo de globalização, o controle e o acesso a recursos naturais estratégicos deve-se acentuar e, com esse enfoque, deve caminhar a modernização tecnológica da Amazônia no futuro. O principal pro- blema da privatização da CVRD é a alienação de re- cursos minerais aos interesses capitalistas internacio- nais e, acoplado com isso, uma modernização tecnoló- gica com baixo poder de integração com a economia regional e para os interesses da sociedade brasileira no futuro, em nome da suposta ineficiência do serviço pú- blico.

b) - Grande estoque de recursos madeireiros, que constitui a maior pauta de produtos da biodiversidade sendo exportados no presente.

Na Amazônia, são produzidos 70% da madeira do país e a exportação de produtos madeireiros representa 17% do valor total de toda a exportação. O Brasil pos- sui 1/3 das florestas tropicais remanescentes do mundo e estão concentradas na Amazônia e resquícios na Mata Atlântica. Nos Estados de Rondônia, Mato Grosso e Pará, estima-se que o setor participa com 15% na com- posição do PIB regional.

As exportações de madeira e seus subprodutos beneficiados poderão representar uma substancial fatia no comércio externo na Amazônia. As pressões dos consumidores externos quanto à retirada racional de- verá forçar na adoção de procedimentos mais compatí- veis, cuja entrada de multinacionais está associada ao grau de dificuldade do empresário local em se adaptar às normas internacionais. A forte dependência do mer- cado nacional, que consome 86% da madeira extraída na Amazônia, tem retardado a adoção de sistemas mais apropriados de extração (Smeraldi & Veríssimo, 1999). O setor madeireiro no país representa 4% do PIB e 8% no valor das exportações e, no Estado do Pará, é o ter- ceiro no ranking das exportações, perdendo apenas para os minérios (Campbell, 2000).

A região oeste do Pará, com a oferta de energia, converteu-se em novo *front* de exploração, vem aumen- tando o número de madeiras nos Municípios de Al- tamira, Itaituba e Brasil Novo (Ferreira, 2000). Em 1999, a arrecadação do ICMS no Estado do Pará foi inversa- mente proporcional, onde o comércio estadual e inte- restadual de madeira em tora recolheu insignificantes R\$ 8.249.324,65. Já a cobrança referente ao comércio de madeira serrada e laminada foi de apenas R\$ 25.047.722,08. A soma desses dois valores correspon- de a apenas 3,18% da arrecadação do Estado do Pará.

Mesmo sendo um instrumento de mercado, a cer- tificação poderá conter o avanço da atividade madei- reira (Romero, 2000; 2001). De acordo com o Instituto de Manejo Florestal e Agrícola (Imaflora), que com a Scientific Certification System (SCS), dos Estados Unidos, a SGS Forestry Qualifor Program, da Inglatera, e a associação da Rainforest Alliance e a Smart Wood Program, dos Estados Unidos, forma o grupo das cinco entidades credenciadas para emissão do selo do Forest Stewardship Council (FSC), com sede em Oaxaca, no México. No dia 30 de junho de 2002, as áreas certifica-

das no mundo somavam 29,3 milhões de hectares, com predominância da Europa (64,3%), América do Norte (16,7%), América Latina (12,0%), África (3,8%) e Ásia (3,1%), sendo apenas 1.182.640 hectares no Brasil. A primeira empresa a ter selo verde na Amazônia foi a Madeireira Itacoatiara Ltda., da Precious Wood Amazon, de origem suíça, com 80.571 hectares e a segunda a Gethal Amazonas, de origem gaúcha que foi comprada pelos norte-americanos, com uma área de 40.862 hectares no Município de Manicoré.

A Madeireira Itacoatiara Ltda. iniciou suas atividades em Itacoatiara, Amazonas, em 1994, desenvolvendo o manejo florestal nos critérios internacionais, conseguiu a obtenção do selo verde em 1997 (Valéria, 1999). Com isso conseguiu abrir mercados, antes fechados, na Europa. A empresa paraense Juruá Florestal Ltda., no Município de Moju, recebeu no dia 6 de abril de 2001, o certificado florestal do FSC, sendo a primeira empresa madeireira nacional da Região Norte a receber o selo, em uma área de 12.000 hectares (Souza, 2001). A adoção das normas foi feita em parceria da Embrapa, Cifor, Fundação Floresta Tropical, Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, FCAP e o DFID. No dia 7 de maio de 2001, a Cikel Brasil Verde S/A, sediada em Paragominas, Pará, com 140.658 hectares, foi a quarta empresa a receber certificação florestal do FSC, representando a metade das florestas certificadas da Amazônia (Conger, 2001; Fujiyoshi, 2001).

Das possíveis mudanças que deverão ocorrer, a venda de madeira certificada é o que deverá ter o maior crescimento nos próximos anos, atendendo a pressão dos consumidores internacionais. A incapacidade dos madeireiros locais, em se adequarem às novas mudanças, pode fazer com que este setor seja controlado por madeireiras internacionais.

c) - Possível crescimento de produtos oriundos na Amazônia no qual se insere a noção de Natureza, produtos orgânicos, green products, valor social, entre outros a identificação do Bovine Spongiform Encephalopathy (BSE).

A BSE, que ficou conhecido como o mal-da-vaca-louca, em 1986, na Inglaterra, cuja gravidade iria combinar com o alastramento do foco da febre-aftosa, descoberto em 21 de fevereiro de 2001, nas proximidades de Londres, trouxe a desconfiança dos consumidores dos países desenvolvidos quanto à qualidade dos alimentos. A desconfiança dos consumidores dos países desenvolvidos diz respeito aos alimentos, em cujo pro-

cesso produtivo foram utilizados fertilizantes químicos, inseticidas, fungicidas, herbicidas, hormônios de crescimento, carrapaticidas, antibióticos, entre dezenas de outros produtos comumente utilizados pela moderna agricultura.

Não é sem razão, portanto, a desconfiança dos europeus e japoneses com relação aos produtos transgênicos. Este aspecto está produzindo, como consequência, o crescimento do mercado de produtos orgânicos, aquele que proíbe o uso de fertilizantes e defensivos químicos e integra técnicas como adubação verde, rotação de culturas, compostagem, entre outras. No caso da criação animal, feita pelo mesmo princípio, é vetado o uso de herbicidas nos pastos, carrapaticidas e quaisquer processos artificiais de crescimento.

O mercado de produtos orgânicos, que apareceu timidamente, no final da década de 70, vem crescendo aceleradamente na Europa, Estados Unidos e Japão. A publicação do livro “A Primavera Silenciosa”, da bióloga Rachel Louise Carson, em 1962, deflagrou o movimento pelo meio ambiente e a proibição do uso do DDT nos Estados Unidos, em 1972 e, dos perigos do uso de agrotóxicos e da importância da agricultura orgânica.

No caso brasileiro, cerca de duas dúzias de produtos orgânicos já foram credenciados e estão sendo exportados. À guisa de ilustração, estes produtos são: café, laranja, soja, horticultura, óleo de dendê, açúcar mascavo, banana, cacau, guaraná, uva, arroz, erva-mate, manga, óleos essenciais, urucum, mel, óleo de babaçu, chá, gengibre, goiaba, palmito, leite, carne bovina, morango e outros em vias de certificação. Vários produtos da Amazônia tiveram a sua certificação (urucum, óleos de dendê e babaçu, palmito, cupuaçu), uma vez que o guaraná certificado como orgânico é produzido na Bahia.

O processo de classificação como produto orgânico é efetuado por entidades nacionais credenciadas e vinculadas com certificadoras internacionais. Como a credibilidade é importante perante os consumidores, o processo é rigoroso, pode demorar vários anos e constantemente avaliado, cujas despesas precisam ser cobertas pelos agricultores interessados. A dimensão do interesse desse mercado pode ser avaliada pelo fato de que já existem mais de dez certificadoras nacionais e estrangeiras atuando no país, a mais antiga, desde 1978. Muitas dessas certificadoras têm atuação local, fornecendo selo verde para produtos agrícolas para venda nas feiras e supermercados do Rio Grande do Sul, São

Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco. A exportação de produtos orgânicos exige o selo verde fornecido por uma certificadora acreditada nos países importadores.

No país, o Instituto Biodinâmico, fundado em 1982, com sede em Botucatu, vinculado ao International Federation of Organic Agriculture Movements – Ifoam, e da alemã Deutsche Akkreditierungsrat - DAR, vinham atuando isoladamente até o ano passado. A chegada de certificadoras internacionais como a alemã BCS Öko-Garantie, com presença em 45 países, no final de 2000, em São Paulo; da francesa Ecocert Brasil, presente em mais de 50 países, no início de 2000, em Porto Alegre e, da americana Farm Verified Organic - FVO, com atuação em 11 países de quatro continentes, estabelecendo-se em Recife, no final de 2000, são sinais que o mercado de produtos orgânicos deve aquecer nos próximos anos.

Neste cenário do emergente mercado de produtos orgânicos, é interessante verificar que, salvo determinadas restrições, muitos produtos da Amazônia podem ser enquadrados na categoria de orgânicos, desde que esforços sejam orientados neste sentido. Verifica-se que grande parte dos produtos agrícolas, produzidos pela agricultura familiar, tais como arroz, milho, mandioca, cupuaçu, banana, castanha-do-pará, pimenta-do-reino, cacau, café, pupunha, etc. pelo baixo nível tecnológico vigente, não empregam fertilizantes químicos, herbicidas, inseticidas, etc. Por exemplo, os pequenos produtores derrubam a floresta e efetuam o plantio de arroz sem nenhum uso de fertilizantes, ao contrário do arroz proveniente do Rio Grande do Sul e assim por diante. O aspecto antiambiental decorre do fato destes produtos serem obtidos mediante a derrubada de áreas de floresta densa ou de vegetação secundária. A democratização dos *green products* poderá ter como reflexo, com a ampliação do mercado, a adoção de procedimentos em larga escala, inviabilizando determinados nichos de mercados locais.

Por exemplo, a ampla utilização da casca de coco para assentos de veículos, produzidos na Amazônia, pode conduzir à larga utilização de matéria-prima disponível no Sudeste Asiático, bem como do couro vegetal dos seringueiros do Acre, e assim por diante. A valorização do nome Amazônia, como produto, pode neutralizar este aspecto em curto prazo, mas será inevitável a produção em larga escala se o mercado entender a sua real importância. Um mercado que deverá crescer bastante nos próximos anos, tanto em nível interno como externo, está relacionado com as fruteiras nati-

vas e exóticas produzidas na Amazônia (guaraná, cupuaçu, açaí, pupunha, bacuri, castanha-do-pará, mamão, acerola, melão, mangostão, abacaxi, etc.).

Desses produtos, é bem provável a transformação do guaraná como novo produto universal, associado com o nome Amazônia, destacando-se a região como produtora de extrato desse produto. A competição com as áreas produtoras no próprio país, nos Estados situados na faixa da Mata Atlântica, bem como de países tropicais, poderá repetir o exemplo da seringueira e induzir à perda do mercado regional.

Algumas dessas plantas, como o açaí, cupuaçu, guaraná, pupunha, estão sendo cultivadas em diversas partes do país e, a Costa Rica e Equador, tornaram-se grandes exportadores de palmito de pupunha.

A produção de fármacos, aromáticos, inseticidas e corantes naturais poderá atingir substancial valor na pauta de exportações regionais, principalmente pelos investimentos na área de cosméticos e fármacos e da fundação do Centro de Biotecnologia da Amazônia, que estão sendo realizados na Zona Franca de Manaus. As experiências da Merck com o plantio de jaborandí em Barra de Corda, Maranhão, indicam a importância da verticalização, em associações com as multinacionais, caso contrário, continuar-se-á como mera exportadora de matéria-prima. No caso de plantas medicinais, o interesse está relacionado com determinadas doenças de países desenvolvidos e de alto nível de renda (colesterol, pressão alta, produtos geriátricos, câncer, etc.).

d) - Inserção no mercado de serviços ambientais, como crédito de CO₂, exportação de água, de salvaguardas internacionais como a propriedade intelectual e da não de ajuda para salvar a floresta.

No período de 13 a 24 de novembro de 2000, estiveram reunidos em Haia, representantes de 180 países e a presença de mais de 2 mil cientistas participantes da 6ª Conferência das Partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Global do Clima (COP-6).

A lógica de toda essa discussão está relacionada com o Protocolo de Kyoto, discutido no período de 1 a 11 de dezembro de 1997, com a adesão de 159 nações. Que estabeleceu que as nações industrializadas devem reduzir suas emissões de CO₂ e de outros gases de efeito estufa nesta década para cerca de 5% abaixo dos níveis de 1990. É interessante que o Protocolo de Kyoto

isenta mais e 130 países, incluindo o Brasil, China Índia e México, de quaisquer restrições sobre poluição industrial, apesar de sua evidente contribuição.

Esse aspecto pode, inclusive, induzir à transferência de indústrias poluidoras para os países subdesenvolvidos, cujo remanejamento poderá aumentar a poluição. É nesse contexto que nasce o mercado de crédito para gases de efeito estufa, no qual os países que conseguirem reduções de emissões de gases abaixo de suas metas poderão vender esse crédito para outros países. Mesmo a simples redução de 5% dos níveis de 1990, significa um enorme custo para as economias dos países desenvolvidos em termos de mudanças nas suas plantas industriais, desta forma seria mais barato adquirir estes créditos. Existem diversas alternativas para reduzir os gases de efeito estufa, tais como o uso de álcool como combustível, energias hidrelétrica, solar e eólica, melhoria nos sistemas de transporte coletivo, redução das queimadas na Amazônia, etc.

Outra alternativa seria o reflorestamento, seqüestrando o CO₂ existente na atmosfera liberado pelas indústrias localizadas em outros continentes, criando os “poços de carbono”. Além das árvores para produção madeireira, as culturas perenes, como o dendê, seringueira, cacau, etc. Seriam passíveis de serem incluídas como seqüestradoras de CO₂, para um determinado período e, para isso, seria necessário determinar a sua capacidade de estocagem. No caso do reflorestamento, muitas empresas já se adiantaram para possíveis vendas desse carbono estocado. Na Amazônia, as atenções se voltam para a inclusão de sua vasta floresta natural, mediante “desmatamento evitado” no contexto do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo - MDL, apoiada por diversas ONGs e de alguns governos estaduais, como o do Acre e o do Amapá, para apoiar políticas estaduais. Verifica-se que não existe unanimidade das ONGs em nível internacional, dependendo da sua linha política, como a Greenpeace, WWF e Amigos da Terra, preocupados em que os países desenvolvidos cumpram as suas obrigações.

Várias dúvidas precisam ser esclarecidas quanto à inclusão das florestas nativas da Amazônia para servirem como depósitos de carbono em troca da poluição dos países desenvolvidos. Em primeiro lugar, é a questão da soberania da Amazônia, uma vez que, implicitamente, entende-se que as empresas multinacionais venham bloquear determinados espaços na região, por um período desconhecido. Por mais atrasada que seja a questão da soberania em um mundo globalizado, da

existência de inúmeras multinacionais em solo brasileiro, com indústrias, fábricas, serviços, etc., a cessão de áreas, criando novas formas de ingerência espacial e geopolítica, deve ser tratada com muito cuidado. Outros aspectos práticos dizem respeito, quanto ao valor desses serviços ambientais, criados artificialmente; qual é a forma de contrato; quem vai administrar esses espaços; a quem vai beneficiar; é para atender determinadas políticas de governos estaduais?

As ONGs tem afirmado, categoricamente, que a inclusão das florestas amazônicas no MDL poderia drenar maciços recursos externos, que seriam revertidos em favor dos pequenos produtores, ribeirinhos, extrativistas, indígenas, programas ambientais, entre outros, evitando o desmatamento e adotando ou subsidiando práticas ditas sustentáveis. No contexto teórico, este argumento encontra forte apoio, ao considerar que se as florestas amazônicas prestam serviços ambientais em nível planetário, nada mais justo que os países desenvolvidos paguem pela sua preservação. A incapacidade da sociedade brasileira em frear o desmatamento na Amazônia, da adoção de políticas conflitantes e do baixo valor imputado à biodiversidade, constituem um convite para essa intromissão externa.

Outra fonte de dúvida está relacionada com a administração dos recursos externos que seriam drenados com a inclusão das florestas nativas da Amazônia no MDL, quanto ao valor a ser pago, tempo de bloqueio, entre outros. A grande questão é se o MDL não vai se transformar apenas em um loteamento da Amazônia com projetos ambientais cujos principais interessados seriam grandes firmas multinacionais, criando o “colonialismo do carbono”, promovendo o seqüestro de CO₂, compensando, assim, a poluição provocada pelos países desenvolvidos.

e) - O mercado doméstico é mais importante que o mercado externo.

É regra corrente na Amazônia o enfoque para as exportações no discurso das autoridades governamentais, políticos, ONGs, produtores, pesquisadores, entre outros. No contexto histórico aconteceu com o cacau, a borracha, o óleo essencial de pau-rosa, a castanha-do-pará, a pimenta-do-reino e, mais recentemente, com os minérios, soja, entre os principais.

Entretanto, o maior mercado da madeira é o doméstico, com 86% do total extraído, o que prejudica o interesse pelo manejo florestal. A inexistência de estatísticas de comércio interestadual dificulta essa avalia-

ção, mas se computar a produção local e o volume exportado, verifica-se que o mercado interno é mais importante para a Amazônia. Isso é válido para o conjunto dos produtos agrícolas nos quais a região tem posição destacada no cenário nacional (mandioca, banana, dendê, cupuaçu, abacaxi, café, cacau, laranja, arroz, milho, etc.), dos produtos pecuários (bovinos, bubalinos, etc.), pescado, produtos extrativos (polpa e palmito de açaí, castanha-do-pará, madeira), entre outros. O recente crescimento do mercado de frutas nativas da Amazônia tem nos mercados local e nacional como sendo dominantes.

Nesse contexto, mesmo a Zona Franca de Manaus, responsável pelo déficit da balança comercial da Região Norte é superavitária quando se considera o fluxo do seu comércio interestadual, razão da sua sobrevivência e do seu sucesso duvidoso em longo prazo (Benchimol, 1998; 1999). Dessa forma, “exportar para dentro” torna-se mais importante como elemento de política pública para a Amazônia do que a ênfase imaginária voltada para o mercado externo (Bacal, 2001). Os Estados do Amazonas, Roraima, Rondônia e Acre, que apresentam déficit na sua balança comercial, dependem mais do comércio interestadual do que o comércio externo.

Resolver questões relativas à segurança alimentar, democratizar o acesso a fontes de proteína animal às populações mais desfavorecidas, gerar renda e emprego para o conjunto da população amazônica, onde 69,70% já vivem nas áreas urbanas, deve constituir o núcleo de uma política social conectada com a melhoria ambiental. Dificilmente, isso será obtido mediante a ênfase para a exportação de produtos ambientalmente corretos (produtos não-madeireiros, produtos orgânicos, madeira manejada, produtos da biodiversidade, etc.), como está se apregoando. Há necessidade de enfatizar a melhoria da produtividade da agricultura tradicional (culturas anuais, perenes e pecuária), cujo atraso tecnológico está se tornando irreversível, como a solução para conseguir conter estas atividades na fronteira interna já conquistada e promover a sua recuperação.

As atividades agrícolas intensivas no uso de mão-de-obra ou em terra, ou que não seria possível apropriar economias de escala e, àquelas concernentes ao esgotamento de determinados recursos naturais, serão alternativas para a Amazônia. A pecuária e o reflorestamento para produção de celulose, compensados, carvão vegetal e madeiras nobres, por exigirem grandes

extensões de terra e da menor rigidez quanto as normas de poluição ambiental, as chances de sua expansão na Amazônia são amplas.

4. Conclusões

Existe a necessidade de se entender que uma política de incremento às exportações é sempre uma via de mão dupla. Uma região cuja exportação sempre foi baseada em produtos primários de alto peso/volume, a tendência é que os custos do frete de retorno sejam baixos desestimulando a industrialização local, pelas facilidades de importação (Haddad, 1999).

Nesse sentido, é totalmente impossível imaginar que a região seja exportadora exclusiva, onde apenas um sai ganhando. Uma política apropriada seria que todos saiam ganhando, o que implica no estabelecimento de mecanismos de troca, instalação de beneficiamento conjunto, entre outros. Na Região Norte, as exportações totais em 2000 foram de US\$ 3,3 bilhões e as importações em US\$ 4,3 bilhões, com déficit de quase US\$ 1 bilhão, decorrentes das importações da Zona Franca de Manaus, que precisaria ser compensado por maiores exportações regionais, das mudanças nas relações de troca desfavoráveis e da verticalização associada com os países importadores.

O caráter regional da Amazônia, que foi desaparecendo com a implantação de grandes programas setoriais do Brasil em Ação (1996) e do Avança Brasil (1999), tende a destruir ações concretas de propostas de desenvolvimento regional e da atuação conjunta de governos estaduais. Apesar do discurso ambientalista, os países desenvolvidos estão aproveitando a Amazônia como fornecedora de matéria-prima mineral, intensivos em energia e como entreposto comercial de seus produtos industrializados.

As possibilidades de a Amazônia aumentar a sua participação de produtos agrícolas vai depender da sua capacidade de responder aos desafios de ordem sanitária (bovinos, produtos agrícolas, etc.), de oferta com qualidade, da aplicação dos incentivos econômicos para àqueles que realmente necessitam, da infra-estrutura de exportação, entre os principais. Quando os europeus tomaram a decisão de sacrificar 3 milhões de bovinos, suínos e ovinos por causa da febre-aftosa, verifica-se que a questão da sanidade precisa ser levada a sério. No caso da Amazônia, se for associada à tendência mundial dos produtos que utilizem o mínimo de produtos químicos, produtos verdes e orgânicos e da idéia

da Natureza que a região representa, uma significativa fatia do mercado poderia ser abocanhada.

Desde que procedimentos corretos sejam adotados com relação ao meio ambiente e quanto à ética social, grande parte dos produtos amazônicos podem ser considerados como orgânicos. Nesse elenco, incluem-se a produção de carne bovina, reflorestamento, palmito de pupunha, frutas nativas, cosméticos e plantas medicinais, entre outros, com grandes possibilidades de serem incluídas na pauta de exportações da Amazônia, desde que sejam feitas com técnica.

É bem provável o crescimento do mercado de *commodities* ambientais e de *eco-commodities* da Amazônia, nos próximos anos. Mas a pauta de produtos tradicionais, como minérios, energia, produtos eletro-intensivos e do uso de carvão vegetal, atividades intensivas em água, de terra e de mão-de-obra, de produtos poluentes, continuarão dominando os rumos da economia regional. O mercado doméstico sempre deverá ser mais importante que o externo, pela magnitude da população brasileira.

A diplomacia tradicional estruturada nas relações de poderes político e militar precisa ser mais agressiva para as relações econômicas e comerciais do Brasil com outros países, no contexto da Amazônia. Muitos dos programas de ajuda externa para a Amazônia são conflitantes para os interesses da sociedade brasileira e, ao implantar essas ações de forma unilateral, tendem a influenciar nas políticas internas regionais, drenando recursos humanos, financeiros e materiais, além de colocar a Amazônia como uma mercadoria de troca. Não se deve esquecer, também, que o maior mercado brasileiro é o interno, pela magnitude da população, e que não se justifica, que produtos que possam ser produzidos no próprio local sejam importados de outros locais distantes ou do exterior.

Naturalmente que não se justifica plantar trigo ou batata inglesa na Amazônia, de buscar a auto-suficiência integral, por exemplo, mas não tem sentido importar maciças quantidades de leite, fibra de juta e borracha natural. O movimento de globalização deve ser contrastado com um movimento local privilegiando as atividades para o mercado interno, de consumo local e a sua verticalização.

A melhoria do desempenho das exportações amazônicas vai depender de inovações tecnológicas, ao aprimoramento da qualidade, à criação de marcas in-

ternacionais e não através da desvalorização cambial ou de subsídios artificialmente criados.

Finalmente, a utopia ecológica que se tenta colocar a componente externa direcionando o mercado futuro e as atividades da Amazônia alicerçada em *commodities* ambientais e *eco-commodities*, poderão constituir em ameaça do que em oportunidade concreta. Produtos tradicionais de exportação deverão ter o maior peso na economia e o mercado interno continuará a ser mais importante na geração de renda e emprego para a população regional. As políticas públicas na Amazônia direcionadas para grandes obras infra-estruturais, para viabilizar determinadas atividades produtivas poderão evidenciar a sua incoerência para os anos futuros, uma vez que as maiores limitações estão relacionadas com a fraqueza em C&T, de maior assistência técnica e de programas sociais, entre os principais. A outra incoerência decorre, por exemplo, nos editais competitivos de pesquisa e da colaboração externa para a Amazônia, acreditando em *commodities* ambientais e *eco-commodities*, desconhecendo as atividades produtivas de interesse local e nacional, que já estão trazendo consideráveis prejuízos para a população local e para o próprio meio ambiente que se quer preservar.

Referências consultadas

- BACAL, C. O paradoxo da exportação. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 6, 7 e 8 jul. 2001. p.A-3.
- BENCHIMOL, S. Comércio exterior da Amazônia brasileira. Manaus, Editora Valer, 1999. 226p.
- BENCHIMOL, S. Exportação da Amazônia brasileira 1997. Manaus, Editora Valer, 1998. 227p.
- BUCHALLA, A.P. A era dos super-remédios. *Veja*, São Paulo, 26 jun. 2002, p. 94-101.
- CAMPELL, U. Madeiras sonegam ICMS. *O Liberal*, Belém, 28 mai. 2000. p.12.
- CARDONA, I. Só 20% da madeira sai legalmente da Amazônia. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 19 out. 1999. p.A-9.
- CONGER, L. Programa certifica produtos de madeira. *Gazeta Mercantil Latino-americana*, São Paulo, 7 a 13 mai. 2001. p.7.
- COUTINHO, L. A floresta dá dinheiro. *Veja*, São Paulo, 22 ago. 2001. p. 76-81.
- FERREIRA, P.R. Expansão das serrarias. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 13 dez. 2000. (Amazônia, p.6).
- FUJIYOSHI, S. Cikel recebe selo verde pela maior área de floresta nativa. *Gazeta Mercantil Pará*, Belém, 8 mai. 2001. p.1.
- HADDAD, P.R. A concepção de desenvolvimento re-

-
- gional. In: HADDAD, P.R.; BARBOSA, M.M.T.L.; CALDAS, R.A.; PINHEIRO, L.E.L.; MIZUTA, K.; SOUSA, I.S.F.; BRANDÃO, G.E.; GAMA, G.B.M.N.; KUABARA, M.Y.; LOPES, E.F. A competitividade do agronegócio e o desenvolvimento regional no Brasil: estudo de clusters. Brasília: CNPq/Embrapa, 1999. p.9-22.
- KOEHLER, A. Made in Brasil em bolsa verde. *Gazeta Mercantil Paraná*, Curitiba, 29 jun. 2001. p.2.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO. Secretaria de Política Agrícola. As regras e disciplinas para o comércio agrícola internacional e a Organização Mundial do Comércio – OMC. Brasília, 2001. 66p.
- RICUPERO, R. Os cafezais de Hamburgo. *A Lavoura*, Rio de Janeiro, 102(631):30, dez. 2000.
- ROMERO, S. Exploração madeireira se desloca na Amazônia. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 12, 13 e 14 jan. 2001. p.A-7.
- ROMERO, S. Madeiras do Pará habilitam-se ao selo verde. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 26 out. 2000. p.A-10.
- SILVA, A.R.B. A importância da indústria mineral paraense no mercado mundial. p.8.
- SMERALDI, R. & VERÍSSIMO, A. Acertando o alvo: consumo de madeira no mercado interno brasileiro e promoção da certificação florestal. São Paulo: Amigos da Terra – Programa Amazônia; Piracicaba, SP: Imaflora; Belém, Imazon, 1999. 41p.
- SOUZA, A.P. Juruá ganha selo de qualidade do FSC. *Gazeta Mercantil Pará*, Belém, 10 abr. 2001. p.1.
- VALÉRIA, M. A importância da certificação. *Gazeta Mercantil Pará*, Belém, 15 abr. 1999. p.4.